



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/AC

ESTUDO PRELIMINAR Nº 23509698/2022-GTED/SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08220.002278/2022-52

1. EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. A equipe de fiscalização será inicialmente composta pelos servidores:

1.1.1. APF Renan Rodrigues Martins

1.1.2. AADM Ricardo Alexandre Oliveira Marques

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Superintendência de Polícia Federal no Acre conta com seu sistema de climatização, VRF de fabricação da LG ELETRONICS, com diversas deficiências de manutenção. Desde a inauguração do prédio, vários componentes eletrônicos apresentaram falhas incorrigíveis, o que ocasionou a inoperância do sistema em alguns setores da edificação.

2.2. Em função do não funcionamento dos ares-condicionados em diversas salas da Superintendência e do clima quente da região norte do país, muitos ambientes não podem ser utilizados, pois não respeitam os padrões impostos pela NORMA REGULAMENTADORA 17, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no que diz respeito às condições ambientais de trabalho e que definem que a temperatura do ambiente de trabalho deve estar compreendida no intervalo entre 20°C e 23°C.

2.3. A aquisição de peças visa a restituir todos os sistemas de climatização as suas condições ideais de funcionamento, eficiência e efetividade.

3. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

3.1. Contratação de Obra de Reforma da DPF/JVE/SC (2019), processo 08490.006467/2018-38

3.2. Contratação de Execução de Novo Alambrado na ANP (2019), processo 08204.002156/2018-88

3.3. Contratação de Obra de Reforma da SR/PF/SC (2018), processo 08490.003945/2018-58 3.4.

Contratação de Obra de Nova Guarita da SR/PF/SC (2020), processo 08490.001842/2020-78

3.4. Construção da nova delegacia de Pacaraima/RR, processo 08200.301136/2016-65

3.5. Construção da nova delegacia de Ponta Porã/MS, processo 08335.007380/2019-51

3.6. Contratação do Projetos Básico e Executivo para a Construção da Nova Sede da Delegacia da Polícia Federal em Tabatinga/AM, processo 08240.013393/2019-19

4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. A aquisição tem por objetivo a adequação à NR-17, melhoria da qualidade do ambiente de trabalho para os servidores, aumento nos índices de produtividade e reativação de espaços hoje interditados por não oferecerem condições salubres aos ocupantes.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e nos seus anexos.

5.2. Como requisitos lato sensu, a contratação deve contemplar o seguinte:

5.2.1. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

5.2.2. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

5.2.3. Dimensionar corretamente o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E MEMÓRIAS DE CÁLCULO

6.1. As quantidades e memórias de cálculo serão apresentadas no documento "Planilha de Composições e pesquisas de mercado" que será anexo do Termo de referência.

7. ESTIMATIVA DE PREÇOS

7.1. O valor médio estimado a princípio para a contratação é de R\$ 943.787,09 (novecentos e quarenta e três mil, setecentos oitenta e sete reais e nove centavos).

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

8.1. O valor estimado tem como base pesquisa de mercado com empresas com experiência nos serviços a serem prestados.

8.2. A solução foi adotada foi a realização de licitação na modalidade Pregão.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução adotada para a demanda em questão foi a contratação de empresa para fornecimento das peças do sistema de climatização que serão substituídas por estarem avariadas.

10. DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

10.1. Com relação à IN SEGES/MP 05/2017, ao § 1º, art. 23 da Lei 8.666 de 1993 e à Súmula 247 – TCU, opina-se pelo não parcelamento da licitação, pois a existência de diferentes empresas realizando serviços assemelhados, subsequentes e complementares torna o contrato técnica, econômica e administrativamente desfavorável à Administração.

10.2. O parcelamento da contratação também poderia ocasionar dificuldades na responsabilização por possíveis problemas na execução principalmente em serviços que se complementam.

10.3. O parcelamento da contratação geraria entraves na compatibilização da execução de sistemas diversos, exigindo uma sincronização inviável entre diferentes empresas.

10.4. O parcelamento poderá ocasionar prejuízo para o conjunto da solução e perda de economia de escala.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

11.1. Benefícios diretos e indiretos almejados com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a melhoria da qualidade do serviço realizado na estrutura e melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros do órgão.

11.2. Adequação do local de trabalho, boa manutenção predial, conservação do bem público e melhor ambiente de trabalho para seus servidores.

11.3. Alinhamento às definições da NR-17.

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

12.1. Não serão necessárias adequações do ambiente do órgão, uma vez que se trata de mera aquisição de materiais.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. Já existe contratação vigente de empresa especializada em manutenção de sistema de climatização, que realizará a instalação das peças.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Com base nesses estudos preliminares, entende-se ser a contratação viável.

RICARDO ALEXANDRE OLIVEIRA MARQUES

Agente Administrativo

GTED/SELOG/SR/PF/AC



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Alexandre Oliveira Marques, Agente Administrativo(a)**, em 31/05/2022, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=28488566&infra_siste...)



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **23509698** e o código CRC **7D1446A5**.

Referência: Processo nº 08220.002278/2022-52

SEI nº 23509698